

Reajuste das matrículas ainda é problema

O Ministério da Educação não admite reestudar o índice de 35% aplicado sobre as mensalidades das escolas particulares. Aceita e autoriza mais 15%, através de negociação. E fala em novo aumento, mas apenas quando forem definidos os reajustes salariais dos professores. Os donos dos estabelecimentos de ensino de São Paulo estão cobrando 100,6% e até exigindo, sob pena de não renovar matrícula, que os pais dos alunos assinem um documento concordando com o aumento. Os pais não aceitam o reajuste acima do estabelecido pelo governo. E reclamam seus direitos.

Por enquanto, procuram o Procon ou a Sunab, que se encarregam de fiscalizar as escolas e autuá-las. Os resultados não têm sido satisfatórios, porque os donos dos estabelecimentos continuam seguindo orientação de seu sindicato, o Sileesp, e cobrando 100,6%. Por não cumprirem os decretos governamentais, que reajustaram as mensalidades, já foram acusados de estar cometendo desobediência civil.

Mas do ponto de vista legal, a desobediência está sendo praticada pelo presidente da República e por todas as autoridades que "cumprem a inconstitucionalíssima legislação pós-Plano Cruzado", afirma o jurista Ives Gandra Martins. Para chegar a esta conclusão, Gandra voltou um ano atrás, quando o presidente José Sarney alterou, através de decreto-lei, o sistema financeiro brasileiro.

A mudança do cruzeiro para o cruzado feriu preceitos constitucionais, pois o artigo 52 da Constituição Federal diz que "o presidente da República pode tudo, que as leis delegadas serão elaboradas pelo presidente. Mas ele não poderá legislar sobre sistema monetário". Dentro dessa linha, Ives Gandra não concorda com o governo de que as escolas têm sido desobedientes à Constituição, ao presidente da República e à sua equipe. "Por isso, não posso falar que os pais dos alunos, que pagam reajustes maiores, devem tomar medidas judiciais contra as escolas. Acho que isso deveria ser feito pelos estabelecimentos, como forma de garantir o ensino no Brasil e a remuneração dos professores."

A saída, para o jurista, é a união entre professores, donos de escolas e pais de alunos para exigir do governo esforço e redução de suas despesas, ou seja, "o cumprimento das promessas feitas no dia 15 de março de 1985". Jorge Barifaldi, diretor-presidente do Colégio Bandeirantes, concorda com Ives Gandra e acredita que pode haver união destes segmentos. "Possibilidade há e sempre houve", garante, lamentando que apenas no ano passado sindicatos patronais e de categorias profissionais não se entenderam. O culpado? Barifaldi, que há 50 anos lida com a Educação, prefere não apontar.

Neste momento dizer de quem é a culpa não importa para ninguém. "Devemos, sim, nos unir", reitera Geraldo Mugayar, presidente da Federação dos Trabalhadores de Ensino do Estado de São Paulo. Há mais de 30 anos, recém-formado em Odontologia, resolveu lecionar até que seu consultório ficasse concluído. Nunca mais se desligou do magistério. Com este ideal, não se conforma que, hoje, um professor com formação de magistério receba como piso salarial Cz\$ 1.005,00.

E denuncia: "A fome, pela primeira vez em muito tempo, está rondando a casa dos professores e dos auxiliares de ensino". Para Mugayar resta, então, a pergunta: "Qual a dedicação e o estímulo para continuar na profissão?" Até agora não encontrou resposta. O que está claro é que a escola não consegue sensibilizar a comunidade nem reter em seus quadros professores e funcionários.

Com o reaquecimento da economia, após o Plano Cruzado, o professor decidiu mudar de profissão. Os sindicatos da categoria nunca contaram tantos pedidos de demissão. Por dia, as homologações chegam a 40, mais do que o dobro das registradas antes das mudanças econômicas. Metade delas a pedido dos professores, que abandonaram o ideal em busca de salários dignos.

"Mas enquanto nós tentarmos o jogo das teses no lugar do jogo da verdade, jamais teremos um resultado positivo e não conseguiremos superar os obstáculos", adverte Geraldo Mugayar. Elisete Antelmi, mãe de

Conrado e Gabriel, dois alunos da escola particular, acha que somente a união dos pais fará com que a clientela da rede privada de ensino seja ouvida e "não mais usada".

Ela defende melhor remuneração para os professores que, no entender de Jorge Barifaldi, não deve ser da competência da escola ou do diretor. "Um salário que estimule o professor precisa ser pago pela família, porque o aluno é o usuário do serviço prestado pela escola". E acrescenta: "Do que a família paga, 40% são transformados em salários do professorado. Não pode ser mais, senão o estabelecimento fecha". Somente assim as estatísticas de abandono da profissão poderão se inverter.

Existe, porém, uma preocupação: a sociedade pode pagar mais? O Ministério da Educação não discute a importância do ensino privado. Apenas questiona se a família tem condição de suportar um índice superior aos 35%. "É preciso ver o lado do trabalhador que não recebeu em seu salário índices que estão sendo cobrados", alerta também Elisete Antelmi.

Mas o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, José Aurélio Camargo, acha que o mais importante é fazer uma alteração de prioridade básica no País, "voltar a priorizar a Educação não como um dispêndio de consumo, e sim como um dispêndio de investimentos". Com isso, pretende que o ensino volte a ser principal prioridade da família, como acontecia há dez anos.

Naquele tempo, nem se imaginava a possibilidade de alguma escola não iniciar o ano letivo, quer por protesto contra o governo, quer por dificuldades financeiras. Hoje já é uma realidade: em alguns Estados, as escolas ainda não começaram o ano letivo, outras simplesmente não vão abrir mais suas portas por causa de dificuldades financeiras.

A Delegacia do MEC em São Paulo não tem informações sobre fechamento de escola. "Sabemos, sim, que alguns estabelecimentos retardaram no País o início das aulas. Em São Paulo, isso não aconteceu. Creio que prevaleceu o bom senso e a responsabilidade social dos mantenedores", destaca Nelson Boni, delegado regional do MEC. Ele reconhece, porém, que há escolas enfrentando dificuldades econômicas.

Para essas, um recado: "O artigo 7º do Decreto 93.911 (junto com as Portarias 4 e 5 reajustou as mensalidades escolares) prevê exatamente a possibilidade dessas escolas recorrerem à Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação para corrigir suas defasagens". Foi a maneira que o governo encontrou para auxiliar as escolas em dificuldade.

Reclamações

Nelson Boni esclarece, no entanto, que o aumento autorizado é de 35%. Para garantir o cumprimento desse índice, a Sunab avisa que vai continuar fiscalizando e autuando as escolas, até que seja instalada a Comissão de Encargos Educacionais. A partir daí, haverá um trabalho conjunto, "dentro da interpretação das normas jurídicas vigentes", diz Marilena Lazarini, delegada da Sunab. Segundo ela, desde o início do Plano Cruzado o número de reclamações vem sendo significativo — 40 denúncias por dia — e aumentou ainda mais nos últimos três meses.

O aviso não agradou os donos de escola, que são sete mil em São Paulo. José Aurélio Camargo diz que a Sunab "não tem autonomia para entrar nas escolas. O próprio artigo 5º do Decreto-Lei 532/69 prevê isso. Estabelece que a supervisão está a cargo da Comissão de Encargos Educacionais". E mais: "Pelo Decreto 93.911, ilegal e inconstitucional, a Sunab perdeu autonomia de fiscalização, que já não tinha pelo Decreto-Lei 532".

Camargo, assumindo todos os riscos da cobrança do reajuste de 100,6%, não aceita também as amea-



Nelson Boni

Marilena Lazarini



Ives Gandra Martins

José Aurélio Camargo



Adib Salomão

Jorge Barifaldi



Geraldo Mugayar

Elisete Antelmi

ças da Sunab e do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor com a aplicação da lei delegada número 4. "A Educação está excluída pelo Decreto-Lei 532, de 1969, que é posterior à lei delegada, instituída em 1962. Além disso, ela pode ser aplicada nos casos de intervenção a compras e armazenamento de produtos necessários ao consumo do povo. A educação não é produto e não é bem de consumo." A partir dessa interpretação, é o sindicato quem avisa: "As escolas não mais aceitarão ameaça e coação de quem quer que seja. Esta-

mos defendendo a legalidade constitucional e a liberdade para voltar ao consenso que sempre foi estabelecido".

"Nossa estrutura educacional é talidomílica." Depois de participar durante 16 anos dos conselhos Estadual e Federal de Educação, Geraldo Mugayar faz o desabafo. Até hoje não consegue entender essa "pirâmide invertida", com o governo investindo no ensino superior — o próprio delegado Nelson Boni reconhece que o MEC no ano passado gastou mais

de 50% de sua receita para atender 25% da população de universitários do País —, "fugindo das reais atribuições: o ensino de 1º grau".

Com o programa "Educação para Todos", o Ministério da Educação está sanando o déficit de sete milhões de vagas. José Aurélio Camargo, no entanto, acha que o problema da Educação brasileira não é de número e sim de qualidade. "Quando pudermos apresentar uma qualidade de ensino suficiente, que respalde o desenvolvimento econômico de nosso país, o problema educacional estará resolvido." Nelson Boni concorda, mas considera essa posição elitista: "Ou nós damos oportunidade de acesso à escola para todos ou nós damos Educação boa para poucos".

Como proposta para uma solução, Geraldo Mugayar lembra um estudo que fez há muitos anos, junto com o professor Jorge Barifaldi, sobre a situação do ensino superior. Ficou comprovado que se o governo atuasse mais em nível de 1º e 2º graus, "ao invés de continuar mantendo a pirâmide invertida", tornaria a escola oficial uma opção para a comunidade. "Na época — explica — tínhamos dados estatísticos mostrando que um aluno de uma universidade oficial custava no mínimo seis alunos da faculdade particular mais cara do País."

Quem sai perdendo é o MEC, que enfrenta outro grave problema: "Dentre as reservas ministeriais, a da Educação é a menor", diz Geraldo Mugayar. Nessa estrutura, as escolas também reclamam e surge aí um novo impasse: o lucro dos estabelecimentos de ensino. Jorge Barifaldi lembra que nos últimos anos o governo permitia aos donos de escola um lucro de 10%. Hoje, a situação é diferente.

O jurista Ives Gandra Martins conta que "as empresas multinacionais têm autorização para conseguir um módico lucro de 12%, porque o Brasil começa a considerar excesso de lucro o que está acima deste índice". E em defesa dos estabelecimentos de ensino — "sou professor de Direito Econômico" — contesta: "As escolas, responsáveis pela formação da geração futura, o grande investimento nacional, estão limitadas a 20%".

O delegado do MEC também defende o governo, "que não limita o lucro". Gandra, porém, faz uma pequena exposição: "Eu só não tenho limitação de lucro, se não sou obrigado a submeter meu preço a uma aprovação por parte do governo". Representando os donos de estabelecimentos de ensino de São Paulo, Camargo reconhece que a escola pode ter um lucro de oito, dez ou até 12% sobre a receita, "mas pode não estar conseguindo recuperar o capital".

E dá outra explicação: "Quando falamos em lucro, devemos acrescentar sempre o patrimônio que está investido nas empresas educacionais. Se compararmos a vida útil e econômica destes investimentos, o lucro operacional, com absoluta certeza, não chega nem a 8% da necessidade de margem operacional para recuperar o capital".

José Aurélio Camargo lembra que para as escolas manterem seu lucro médio no ano passado, o reajuste das mensalidades teria de ser de 86,58%, como havia sido estipulado em janeiro de 86. Com o Plano Cruzado, o novo índice fixado por decreto foi de 69%, menos que a média da inflação do segundo semestre de 1985. "Foi aí que começamos a perder." Para ele, as escolas continuarão perdendo se aplicado o índice de 35%. "Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, no ano passado a inflação atingiu 62% e está sendo estimada em 17% somente no mês de janeiro de 87." O índice que o governo fixou "é muito longe da real necessidade da escola para que haja um equilíbrio do ponto de vista econômico-financeiro".

VALORIZAÇÃO

Com as mudanças econômicas, o professor também perdeu. Um dia antes da implantação do Plano Cruzado, o professorado paulista sabia que seus salários seriam reajustados

em 126,7%. O índice representava uma reposição parcial das perdas salariais sofridas por professores, auxiliares e funcionários de escola nos últimos anos.

A perspectiva de uma melhoria salarial durou pouco. No dia 28 de fevereiro veio o Cruzado e com ele a "triste realidade": os professores teriam aumento de 52,8%. Assim, a média salarial de um docente de 1º grau ficou em torno de Cz\$ 2 mil a Cz\$ 3 mil, quantia que tem de ser dividida entre alimentação, vestuário e cultura. "Lamentavelmente — diz Geraldo Mugayar —, a situação do nosso país ficou tão caótica que livros ou materiais utilizados por um professor universitário estão catalogados como supérfluos e são comprados em dólar. E nós somos pagos em cruzados."

Na tentativa de amenizar esta situação, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino lançou uma campanha de valorização do professor, em outubro do ano passado. Todos os dias, na televisão, José Aurélio Camargo pedia um aumento justo para a categoria, que começava a ficar entusiasmada. "Aos poucos, porém, o entusiasmo foi se tornando inquietação, insegurança e instabilidade", lembra Mugayar. Num primeiro dia, o presidente do Sileesp anunciava que apenas 2% do que a escola recebesse de aumento seria repassado ao professor. No dia seguinte, garantia que o reajuste seria de 66,66%. Chegou a dizer que o repasse deveria ser integral.

Veio o aumento de 35%. Mas o sindicato passou a pregar 100,6% de reajuste sobre as mensalidades, justificando: 66% vão para o professor e 34% ficam com a escola. O MEC reconhece a atual situação, mas considera "um exercício muito simplista" responsabilizar o Plano Cruzado ou o ano de 1986 pelas dificuldades salariais dos professores ou pela dificuldade da qualidade de ensino. Nelson Boni sabe que houve uma defasagem na correção dos reajustes. "Mas a defasagem sempre acaba beneficiando a escola, porque o dissídio dos professores ocorre em março e setembro, enquanto o reajuste das mensalidades acontece em janeiro e julho."

O delegado do MEC garante que a diferença entre o reajuste das mensalidades e o aumento de salários nos últimos dez anos foi em torno de 5.000%: "Não foi 86 o ano que provocou as dificuldades econômicas do professorado".

Elisete Antelmi está "estarrlecida" com a situação de alguns estabelecimentos da pré-escola e do 1º grau. Numa rápida pesquisa em seu bairro, Sumaré, constatou que muitas educadoras não estão aptas a manter suas escolas. Uma delas chegou a confidenciar: "Detesto crianças". E o pior: "Muitas escolas estão contraindo estudantes de 1º grau para lecionar no 1º grau".

Outras anunciam grande estrutura educacional, apresentando um corpo docente de alto nível, com participação de pedagogos, psicólogos e orientadores. Na verdade, tudo não passa de uma "maquiagem", já que estes profissionais nunca estão na escola. Apenas emprestaram seus nomes e currículos para que um parente ou amigo pudesse abrir o negócio. "Estas escolas realmente têm um lucro exagerado", atesta Elisete Antelmi.

Desde 1981, o professor e jurista Ives Gandra Martins faz no mês de março uma análise das medidas econômicas que os governos adotam e suas consequências. Em novembro, seus alunos cobram um balanço dos acontecimentos. O ano passado foi o mais difícil para se fazer a análise.

Ives Gandra teve problemas em mostrar aos seus alunos que já na 19ª dinastia egípcia, por volta do ano 1200 Antes de Cristo, "tentou-se um plano de congelamento linear, semelhante ao aplicado no Brasil". O resultado também não foi diferente: um grande sucesso no início e depois um fracasso. "E de lá para cá, em 3.300 anos, nunca um congelamento deu certo. E apenas um sistema de tentar revogar a lei da oferta e da procura."